

COMANDO DA FLOTILHA DO AMAZONAS

Termo de Referência 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	788100-COMANDO DA FLOTILHA DO AMAZONAS	FELIPE NUNES VIEIRA	23/04/2026 16:17 (v 0.8)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63158.000269/2026-60

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63158.000269/2026-60)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento das necessidades da Operação Acre, com entrega na cidade de Cruzeiro do Sul, conforme especificações, quantitativos nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UF	QUANT. TOTAL	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
1	Achocolatado em pó instantâneo – Pacote de 400 gramas: composto por açúcar, cacau em pó (25% de cacau em pó enriquecido com vitaminas e minerais), de fácil solubilidade em leite frio ou quente, com características sensoriais próprias, isento de sujidades e materiais estranhos. Embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, lote e validade mínima de 10 meses no ato da entrega.	484189	UN	138	R\$ 10,46	R\$ 1.443,48
2	Açúcar cristal branco, obtido de sacarose de cana-de-açúcar, com granulometria uniforme, isento de fermentação, umidade, sujidades e impurezas. Embalagem resistente, com validade mínima de 12 meses. Pacote de 1 kg.	603269	UN	120	R\$ 5,01	R\$ 601,20
3	Carne bovina in natura, corte tipo miolo ou coração da alcatra, peça inteira, resfriada ou congelada, com coloração vermelho-vivo, textura firme e odor característico, isenta de sujidades e gordura excessiva.	447479	KG	962	R\$ 47,54	R\$ 45.733,48

	Embalada a vácuo, com inspeção sanitária oficial.					
4	Biscoito tipo cream cracker, salgado, crocante, obtido de farinha de trigo enriquecida, embalagem íntegra mínima de 400g, com validade mínima de 06 meses.	460235	UN	99	R\$ 6,41	R\$ 634,59
5	Caldo de frango em pó, composto por sal, gordura vegetal e condimentos, com sabor característico, isento de impurezas. Embalagem mínima de 1 kg, com validade de 12 meses.	339478	UN	20	R\$ 11,56	R\$ 231,20
6	Canela em pó, fina, homogênea, com aroma e sabor característicos, isenta de impurezas. Embalagem íntegra com validade mínima de 12 meses. Embalagem com 30 gramas.	463872	UN	35	R\$ 6,57	R\$ 229,95
7	Carne suína in natura, corte tipo carré (bisteca), resfriada ou congelada, com características sensoriais adequadas, isenta de sujidades, com inspeção sanitária.	447509	KG	803	R\$ 20,16	R\$ 16.188,48
8	Cebola in natura, fresca, íntegra, firme, sem brotação, sem danos mecânicos ou sinais de deterioração.	463782	KG	432	R\$ 5,66	R\$ 2.445,12
9	Cominho em pó, puro, fino, homogêneo, com aroma característico, isento de impurezas. Embalagem adequada proteção hermética, protegendo contra umidade e perda de aroma. Rótulo com lote, data de fabricação e validade mínima de 10 meses na entrega.	463891	KG	13	R\$ 19,49	R\$ 253,37
10	Carne bovina in natura, corte tipo contrafilé, peça inteira, resfriada ou congelada, com baixo teor de gordura, embalada a vácuo e com inspeção sanitária.	447461	KG	864	R\$ 47,22	R\$ 40.798,08
11	Carne bovina in natura, corte tipo costela, resfriada ou congelada, carne sã, firme, com odor e cor vermelha característicos, livre de tecido parasitados, coágulos ou manchas, sem sinais de deterioração, com inspeção sanitária (S.I.F, S.I.E, S.I.M) na embalagem ou etiqueta. Embalagem em sacos plásticos atóxicos e resistentes com validade mínima de 30 dias (resfriada) ou 6 meses (congelada).	447412	KG	402	R\$ 28,31	R\$ 11.380,62
	Carne suína in natura, corte tipo costela /costelinha, carne sã, firme, cor rosa					

12	avermelhada característica, sem manchas escuras ou esverdeadas, resfriada ou congelada, com inspeção sanitária (S.I.F, S.I.E, S.I.M) na embalagem ou etiqueta. Embalagem em sacos plásticos atóxicos e resistentes com etiqueta contendo lote, data de abate, e validade mínima de 6 meses na entrega.	447512	KG	69	R\$ 22,89	R\$ 1.579,41
13	Carne de frango in natura, tipo de corte: coxa/sobrecoxa, Peças inteiras, sãs, com pele e osso, livres de penas, vísceras e excesso de gordura/água. Carimbo de inspeção sanitária (S.I.F, S.I.E, S.I.M) na embalagem. Estado – Congelado (mínimo -12°C) ou resfriado, sem sinais de descongelamento. Validade mínima de 6 meses na entrega.	447636	KG	1034	R\$ 14,99	R\$ 15.499,66
14	Carne bovina in natura, corte tipo coxão mole, peça inteira, limpa sem gânglios, sebos ou tecidos parasitados, Padrão baixo teor de gordura (máximo de 10% do peso da peça), Estado congelada (mínimo 12°C), sem sinais de recongelamento ou queima pelo frio. Embalagem plástica atóxica, de alta resistência, hermeticamente vedada, sem acúmulo de gelo ou sangue congelado no interior. Inspeção sanitária (S.I.F, S.I.E, S.I.M), na etiqueta. Validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	447435	KG	372	R\$ 47,87	R\$ 17.807,64
15	Ervilha em conserva, acondicionada em embalagem íntegra, contendo peso drenado, sem estufamentos, com validade mínima de 12 meses. Embalagem com 170 gramas.	462831	UN	195	R\$ 4,43	R\$ 863,85
16	Feijão carioca tipo 1 – Pacote de 01 kg. grãos inteiros, limpos, secos, isentos de impurezas conforme IN nº 07/2009 do MAPA. Embalagem com validade mínima de 06 meses. Acondicionados em fardos de 30 kg.	464553	UN	487	R\$ 8,93	R\$ 4.348,91
17	Feijão preto tipo 1- Pacote de 01 kg. grãos inteiros e selecionados, isentos de impurezas conforme IN nº 07/2009 do MAPA. Embalagem com validade mínima de 06 meses. Acondicionados em fardos de 30 kg.	464552	UN	680	R\$ 9,08	R\$ 6.174,40
18	Fermento biológico seco instantâneo – 500 gramas, acondicionado em embalagem a vácuo absoluto (rígido), com validade mínima de 06 meses. "Marcas de referência "Fleischmann" para fins de padrão de qualidade, sendo aceitos similares de igual ou superior qualidade"	481031	KG	13	R\$ 28,09	R\$ 365,17

19	Fígado bovino, Peça inteira sã, de cor marrom-avermelhada brilhante, textura firme e odor característico. Padrão livre de canais biliares calcinados, grandes vasos, membranas externas espessas, coágulos ou manchas esverdeadas. Carimbo de inspeção sanitária (S.I.F, S.I.E ou S.I.M), na etiqueta. Congelado (mínimo de 12°C) ou resfriado, sem sinais de descongelamento ou excesso de líquido. Validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	447484	KG	129	R\$ 16,66	R\$ 2.149,14
20	Carne processada tipo hambúrguer bovino, elaborado a partir de carne bovina, com condimentos naturais, sem pimenta, congelado, com características sensoriais próprias, isento de materiais estranhos, acondicionado em embalagem íntegra e com inspeção sanitária oficial (SIF/SIE /SIM), validade mínima de 6 meses.	447747	CX	83	R\$ 34,96	R\$ 2.901,68
21	Carne bovina in natura, corte tipo lagarto, peça inteira, congelada, com características sensoriais próprias, isenta de sujidades e excesso de gordura, acondicionada em embalagem íntegra e com inspeção sanitária oficial (SIF/SIE /SIM), validade mínima de 6 meses.	447441	KG	333	R\$ 38,40	R\$ 12.787,20
22	Laranja pera in natura, fruta fresca, íntegra, firme, com grau de maturação adequado, isenta de sujidades, danos mecânicos e sinais de deterioração.	464393	KG	402	R\$ 6,48	R\$ 2.604,96
23	Leite em pó integral, embalagem de 400 g, qualidade 100% leite de vaca, integral, instantâneo, obtido por desidratação, proibido a entrega de composto lácteo. Teor de gordura mínimo de 26%, enriquecido com vitaminas A e D, conforme Portaria nº 146/1996 do MAPA. solúvel, acondicionado em embalagem íntegra, com identificação de lote, fabricação e validade mínima de 10 meses na entrega.	446019	UN	803	R\$ 20,38	R\$ 16.365,14
24	Leite em pó integral, embalagem aluminizada de 1 kg, qualidade 100% leite de vaca, integral, instantâneo, obtido por desidratação, proibido a entrega de composto lácteo. Teor de gordura mínimo de 26%, enriquecido com vitaminas A e D, conforme Portaria nº 146/1996 do MAPA. solúvel, acondicionado em embalagem aluminizada íntegra, com identificação de lote, fabricação e validade mínima de 10 meses na entrega.	446019	UN	314	R\$ 42,81	R\$ 13.442,34

25	Embutido tipo linguiça calabresa grossa, qualidade embutido curado, defumado, elaborado exclusivamente com carne suína e especiarias,(IN nº 14/2000, do MAPA). resfriada, com características sensoriais próprias, isenta de sujidades, acondicionada em embalagem íntegra e com inspeção sanitária oficial (SIF/SIE/SIM), validade mínima de 6 meses. atendendo à legislação vigente, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado	447702	KG	317	R\$ 25,60	R\$ 8.115,20
26	Carne suína in natura, corte tipo lombo, peça inteira, congelada, com características sensoriais próprias, isenta de sujidades e excesso de gordura, acondicionada em embalagem íntegra e com inspeção sanitária oficial (SIF/SIE/SIM), validade mínima de 6 meses no ato da entrega.	447518	KG	317	R\$ 25,79	R\$ 8.175,43
27	Batata inglesa in natura, fresca, íntegra, firme, sem brotação, isenta de sujidades, danos mecânicos e sinais de deterioração.	463754	KG	427	R\$ 7,30	R\$ 3.117,10
28	Manteiga com sal, embalagem de 500 g, de primeira qualidade, com características sensoriais próprias, acondicionada sob refrigeração, em embalagem íntegra, com identificação do fabricante e validade mínima de 3 meses.	446393	UN	264	R\$ 36,28	R\$ 9.577,92
29	Margarina cremosa com sal, mínimo 80% de lipídios, embalagem de 1 kg, com características sensoriais próprias, acondicionada em embalagem íntegra, com identificação do fabricante e validade mínima de 6 meses.	463699	UN	138	R\$ 17,56	R\$ 2.423,28
30	Glucose de milho (tipo mel), embalagem de aproximadamente 360 g, com características sensoriais próprias, isenta de impurezas, acondicionada em embalagem íntegra, contendo identificação do fabricante, lote e validade mínima de 12 meses, atendendo à legislação sanitária vigente.	223049	UN	36	R\$ 17,99	R\$ 647,64
31	Óleo vegetal comestível, tipo soja, refinado, embalagem plástica de 900 ml, com aspecto límpido, cor e odor característicos, isento de impurezas, acondicionado em embalagem íntegra, com identificação do fabricante e validade mínima de 12 meses, atendendo à legislação vigente.	416665	UN	192	R\$ 10,17	R\$ 1.952,64

32	Carne bovina in natura, corte tipo patinho, moída, congelada, com características sensoriais próprias, baixo teor de gordura, isenta de sujidades, acondicionada em embalagem íntegra e com inspeção sanitária oficial (SIF/SIE/SIM), validade mínima de 6 meses.	447446	KG	429	R\$ 35,66	R\$ 15.298,14
33	Carne de ave in natura, tipo frango, corte peito, inteiro, sem pele e sem osso, congelado, com características sensoriais próprias, isento de sujidades, acondicionado em embalagem íntegra e com inspeção sanitária oficial (SIF/SIE/SIM), validade mínima de 6 meses.	447594	KG	1144	R\$ 23,06	R\$ 26.380,64
34	Pimenta-do-reino em pó, acondicionada em embalagem de 1 kg, produto obtido da moagem de pimenta-do-reino, com características sensoriais próprias, isenta de impurezas, em embalagem íntegra, com identificação do fabricante e validade mínima de 12 meses.	463919	KG	13	R\$ 24,38	R\$ 316,94
35	Polpa de fruta, sabor goiaba vermelha, congelada, com características sensoriais próprias, isenta de impurezas, acondicionada em embalagem íntegra, mantida sob congelamento, com identificação do fabricante e validade mínima de 6 meses.	464514	KG	32	R\$ 16,59	R\$ 530,88
36	Carne bovina in natura, tipo rabo bovino, cortado, congelado, com características sensoriais próprias, isento de sujidades, acondicionado em embalagem íntegra e com inspeção sanitária oficial (SIF/SIE/SIM), validade mínima de 6 meses.	447495	KG	143	R\$ 30,78	R\$ 4.401,54
37	Carne suína in natura, tipo rabo suíno salgado, peça inteira, congelado, com características sensoriais próprias, isento de sujidades, acondicionado em embalagem íntegra e com inspeção sanitária oficial (SIF/SIE/SIM), validade mínima de 6 meses.	447541	KG	46	R\$ 23,15	R\$ 1.064,90
38	Refrigerante sabor cola, embalagem PET de 2 litros, nas versões regular, zero ou diet, devendo atender a padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado	344691	UN	116	R\$ 12,46	R\$ 1.445,36
39	Refrigerante sabor guaraná, bebida não alcoólica, embalagem PET de 2 litros, com características sensoriais próprias, acondicionado em embalagem íntegra, com identificação do fabricante, lote e validade mínima de 3 meses, atendendo à	344694	UN	116	R\$ 9,37	R\$ 1.086,92

	legislação vigente, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado					
40	Refrigerante sabor laranja, bebida não alcoólica, embalagem PET de 2 litros, com características sensoriais próprias, acondicionado em embalagem íntegra, com identificação do fabricante, lote e validade mínima de 3 meses, atendendo à legislação vigente, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado	217781	UN	116	R\$ 9,99	R\$ 1.158,84
41	Sal grosso, embalagem de 1 kg, com granulação uniforme, isento de impurezas, acondicionado em embalagem íntegra, com identificação do fabricante e validade mínima de 12 meses, atendendo à legislação vigente.	454018	UN	14	R\$ 4,15	R\$ 58,10
42	Embutido tipo salsicha hot dog, cozida, resfriada, embalagem de 500 g, com características sensoriais próprias, isenta de sujidades, acondicionada em embalagem íntegra e com inspeção sanitária oficial (SIF/SIE/SIM), com identificação do fabricante e validade mínima de 3 meses.	447720	PC	201	R\$ 10,90	R\$ 2.190,90
43	Sardinha em óleo, embalagem de 125 g, produto obtido de pescado preparado, com características sensoriais próprias, acondicionada em lata íntegra, sem amassamentos ou estufamentos, contendo rotulagem nutricional, identificação do fabricante, lote e validade mínima de 12 meses, atendendo à legislação vigente, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado, tais como Gomes da Costa ou similares.	449007	UN	75	R\$ 6,07	R\$ 455,25
44	Carne de ave in natura, tipo frango, corte sobrecoxa, inteira, sem pele e com osso, congelada, com características sensoriais próprias, isenta de sujidades, acondicionada em embalagem íntegra e com inspeção sanitária oficial (SIF/SIE/SIM), validade mínima de 6 meses.	447629	KG	889	R\$ 15,94	R\$ 14.170,66
45	Ovos de galinha, classe A, tipo médio, acondicionados em bandeja com 30 unidades, com casca íntegra e limpa, isentos de rachaduras, contendo identificação do produtor e validade conforme legislação vigente.	446619	UN	291	R\$ 23,56	R\$ 6.855,96

46	Suco concentrado líquido, sabores diversos, frasco de 500 ml, próprio para diluição mínima de 1:4, com características sensoriais próprias, acondicionado em embalagem íntegra, com identificação do fabricante, lote e validade mínima de 6 meses, atendendo à legislação vigente, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado, tais como Dafruta ou similares."A indicação de marcas serve apenas como parâmetro de qualidade, sendo aceitos produtos de desempenho igual ou superior, desde que comprovado via laudo ou amostra, se solicitado.	486402	UN	993	R\$ 8,77	R\$ 8.708,61
47	Molho de pimenta para mesa, frasco de 150 ml, produto à base de pimenta, com características sensoriais próprias, acondicionado em embalagem íntegra, com identificação do fabricante, lote e validade mínima de 12 meses, atendendo à legislação vigente, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado, tais como Gota ou similares. "A indicação de marcas serve apenas como parâmetro de qualidade, sendo aceitos produtos de desempenho igual ou superior, desde que comprovado via laudo ou amostra, se solicitado.	241553	UN	35	R\$ 3,92	R\$ 137,20
48	Biscoito recheado sabor chocolate, embalagem de 140 g, com características sensoriais próprias, crocante, acondicionado em embalagem íntegra, com identificação do fabricante, lote e validade mínima de 6 meses, atendendo à legislação vigente, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado.	353190	UN	468	R\$ 2,42	R\$ 1.132,56
49	Alcaparra em conserva, acondicionada em balde de 2 kg, produto íntegro, imerso em salmoura, com características sensoriais próprias, isenta de sujidades, embalagem íntegra, com identificação do fabricante, lote e validade mínima de 12 meses, atendendo à legislação vigente, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado, podendo ser recusado no ato do recebimento caso não atenda ao padrão exigido.	466788	KG	13	R\$ 70,23	R\$ 912,99
50	Vinagre de maçã, frasco de 750 ml, límpido, sem depósitos ou turbidez, com características sensoriais próprias, acondicionado em embalagem íntegra, com identificação do fabricante, lote e validade mínima de 12 meses, atendendo	217093	UN	154	R\$ 7,50	R\$ 1.155,00

	à legislação vigente, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado.					
51	Tomate in natura, de primeira qualidade, frutos íntegros, firmes, sem sinais de deterioração, isentos de sujidades e danos mecânicos, com características sensoriais próprias, acondicionados de forma a evitar danos, podendo ser recusados no ato do recebimento caso não atendam ao padrão exigido.	463806	KG	374	R\$ 8,28	R\$ 3.096,72
52	Alho in natura, em cabeça, a granel, bulbos íntegros, firmes, sem brotação, isentos de sujidades e danos mecânicos, com características sensoriais próprias, acondicionados de forma a evitar danos	463938	KG	167	R\$ 29,40	R\$ 4.909,80
53	Alface in natura, folhas íntegras, frescas, de coloração característica, sem sinais de murcha ou deterioração, isenta de sujidades e danos mecânicos, acondicionada de forma a evitar danos, podendo ser recusada no ato do recebimento caso não atenda ao padrão exigido	463833	KG	138	R\$ 10,51	R\$ 1.450,38
54	Sal refinado iodado, embalagem de 500 g, com granulação uniforme, cristais brancos, solto, não empedrado, isento de impurezas, acondicionado em embalagem íntegra, com identificação do fabricante e validade mínima de 12 meses, atendendo à legislação vigente.	291893	UN	77	R\$ 13,39	R\$ 1.031,03
55	Açúcar refinado branco, embalagem de 1 kg, acondicionado em fardos, produto puro, com granulação uniforme, isento de sujidades, matérias estranhas e parasitas, acondicionado em embalagem íntegra de polietileno, com identificação do fabricante, data de fabricação e validade mínima de 6 meses, atendendo à legislação vigente.	463997	KG	105	R\$ 5,40	R\$ 567,00
56	Adoçante dietético, líquido, edulcorante artificial aspartame, sem sacarina, sem ciclamato, contém fenilalanina, sem glúten, frascos com 100ml, com identificação do fabricante, data de fabricação e validade mínima de 6 meses, atendendo à legislação vigente.	353156	UN	35	R\$ 8,66	R\$ 303,10
57	Arroz parboilizado - longo fino tipo 1, pacote de 1 kg, constituído de grãos inteiros com no máximo, 14% de umidade, isento de sujidades, materiais estranhos,	458908	UN	1265	R\$ 7,46	R\$ 9.436,90

	toxinas, parasitas e larvas, com validade mínima de 6 meses, atendendo à legislação vigente.					
58	Arroz branco tipo 1, pacote de 5 kg isento de sujidades, materiais estranhos, toxinas, parasitas e larvas, com validade mínima de 6 meses, atendendo a legislação vigente.	472895	UN	1062	R\$ 16,32	R\$ 17.331,84
59	Azeite de oliva, puro, extra virgem, sem colesterol, acidez máxima de 0,5% embalagem em vidro, contendo no mínimo 500ml, com identificação do produto e prazo de validade, atendendo a legislação vigente.	478822	UN	116	R\$ 35,78	R\$ 4.150,48
60	Banana prata in natura, de primeira qualidade, frutos íntegros, firmes, sem sinais de deterioração, isentos de sujidades e danos mecânicos, com características sensoriais próprias, acondicionados de forma a evitar danos, podendo ser recusados no ato do recebimento caso não atendam ao padrão exigido.	464449	KG	271	R\$ 8,38	R\$ 2.270,98
61	Biscoito Doce Tipo Maizena, 400g. Biscoito de amido de milho, sabor característico, massa crocante e sem recheio. Ingredientes principais: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar e amido de milho. Características adicionais: Isento de gordura trans. Acondicionado em embalagem primária plástica atóxica, resistente, selada e íntegra, contendo informações nutricionais, peso líquido, marca, ingredientes e data de validade/fabricação na embalagem.	605938	UN	286	R\$ 6,51	R\$ 1.861,86
62	Café torrado e moído: Tipo extra forte, com processamento tecnológico que garanta a ausência de impurezas e sedimentos acima dos limites permitidos pelos órgãos reguladores. Nota de qualidade mínima de => 5,0, conforme padrões da Associação Brasileira da Indústria de café – ABIC. Pacote de 250 gramas, envase à vácuo, garantindo a preservação do aroma e sabor original. Deve conter rotulagem com data de fabricação, lote e prazo de validade mínima de 10 meses, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado, podendo ser recusado no ato do recebimento caso não atenda ao padrão exigido.	463575	PC	605	R\$ 17,95	R\$ 10.859,75
	Caldo de carne em pó: Produto obtido por desidratação de carne bovina e vegetais, condimentos e especiarias. Composição:					

63	Deve apresentar sabor e aroma característicos de carne, cor uniforme, livre de sujidades e materiais estranhos. Isento de gorduras trans (0 gramas na porção) e com baixo teor de sódio (máximo de 120mg de sódio por 100ml de produto para consumo conforme RDC nº 712/2022 da ANVISA). Embalagem: Saco plástico resistente, hermeticamente fechado, contendo 1 kg. Rotulagem: Deve seguir a legislação vigente, constando visivelmente os ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, lote e validade mínima de 10 meses.	339479	UN	13	R\$ 11,38	R\$ 147,94
64	Cereal matinal de milho com açúcar – pacote de 01 kg. Flocos de milho integral, enriquecidos com vitaminas e minerais, cobertos com camada de açúcar. Textura crocante, cor amarela-dourada, isentos de de grumos(melados) insetos ou mofo. Mínimo de 80% de flocos inteiros, sem excessos de farelo no fundo da embalagem. Embalagem saco plástico ou caixa de 01 kg, hermética, com barreira contra umidade. Validade mínima de 06 meses na entrega.	467402	UN	32	R\$ 21,54	R\$ 689,28
65	Colorau (urucum em pó) – Pacote de 01 kg. Produto obtido da mistura de pó de sementes de urucum com farinha de milho ou amido, e adição de óleo vegetal. Padrão fino, seco, cor vermelha intensa e homogênea, isento de mofo, sujidades, insetos ou corantes artificiais. Embalagem plástica de 01 kg, hermético e resistente, Validade mínima de 10 meses, com rótulo com lote e data de fabricação.	340428	PC	11	R\$ 11,16	R\$ 122,76
66	Farinha de trigo tipo 1: Obtida exclusivamente de grãos de trigo (triticum aestivum L.) limpos e sãos. Classificação: Tipo 1 (Especial), enriquecida com ferro e ácido fólico, atendendo à RDC nº 665/2022 da ANVISA. Características físicas – Pó fino, cor branca, sabor e odor característicos, livre de bolor, sujidades e insetos. Pacote de 1 kg e hermética. Rotulagem: Deve conter data de fabricação, lote e validade mínima de 6 meses, devendo apresentar padrão de qualidade equivalente ao de marcas de ampla aceitação no mercado, tais como Dona Benta ou similares.	465332	UN	1045	R\$ 7,93	R\$ 8.286,85
	Polpa de fruta congelada – sabor abacaxi: produto não fermentado, não concentrado, não diluído, obtido por processo tecnológico adequado a partir do abacaxi limpo e são. Qualidade: 100% fruta natural, sem adição de açúcares, corantes, aromatizantes ou conservantes químicos.					

67	Padrões Técnicos: Deve atender aos limites de sólidos solúveis (Brix mínimo de 10,0º) e acidez total, conforme Instrução Normativa nº 37/2018 do MAPA ou sucedânea. Estado Físico: Congelada (mínimo -15°C), apresentando cor e odor característicos, livre de fragmentos de casca, sujidades ou insetos. Embalagem: Pacote plástico atóxico, resistente e hermético, contendo 1 kg ou frações de 100g (conforme conveniência do órgão). Rotulagem: Deve conter carimbo do S.I.F. (Serviço de Inspeção Federal), S.I.E. ou S. I.M., além de data de fabricação, lote e validade mínima de 10 meses no ato da entrega.	464468	KG	50	R\$ 17,61	R\$ 880,50
					TOTAL	R\$ 405.696,84

1.1.2. As eventuais referências a marcas, fabricantes, modelos ou padrões comerciais constantes nas especificações dos itens deste Termo de Referência têm caráter meramente exemplificativo e indicativo de padrão mínimo de qualidade, desempenho e aceitabilidade, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo admitido o fornecimento de produtos equivalentes, similares ou de qualidade superior, desde que atendam integralmente às especificações técnicas, sanitárias e de desempenho exigidas pela Administração.

1.2. Os bens objeto da presente contratação são classificados como comuns, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto nº 10.818/2021, sendo compatível com o princípio da economicidade e com as necessidades da Administração Pública.

1.4. O instrumento contratual disciplinará de forma detalhada as condições relativas à vigência, prorrogação, execução e extinção da contratação, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos nas especificações do objeto, a contratação deverá observar, no que couber, as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como a legislação sanitária e regulatória vigente, e estar alinhada às diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável da Marinha do Brasil, especialmente quanto à promoção do consumo eficiente, à redução de desperdícios, à racionalização de recursos públicos e à adoção de práticas que minimizem impactos

ambientais no fornecimento, armazenamento e distribuição dos gêneros alimentícios.

4.1.1. Os produtos deverão atender às exigências de regularização sanitária junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos do Decreto-Lei nº 986/1969 e demais normas aplicáveis.

4.1.2. Para produtos de origem animal, os estabelecimentos produtores deverão estar devidamente registrados e fiscalizados por serviço de inspeção oficial competente (federal, estadual ou municipal), ou integrados ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA), no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

4.1.3. Os produtos embalados deverão observar integralmente as normas vigentes de rotulagem nutricional, acondicionamento e materiais em contato com alimentos, conforme regulamentação da ANVISA.

4.1.4. Os aditivos alimentares eventualmente utilizados deverão estar em conformidade com os regulamentos técnicos vigentes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, sendo vedado o uso de substâncias não autorizadas ou em desacordo com os limites estabelecidos.

Subcontratação

4.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.2.1. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que previamente autorizada pela Administração e observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

4.2.2. Considerando as particularidades logísticas da região de Cruzeiro do Sul, a subcontratação mostra-se medida adequada para viabilizar a execução contratual, especialmente em razão de:

- limitações de acesso terrestre e sazonalidade da BR-364;
- necessidade de utilização de modais complementares, como o transporte fluvial;
- distância dos principais centros de abastecimento.

4.2.3. A subcontratação poderá ser utilizada para **etapas específicas da execução**, especialmente aquelas relacionadas à logística, tais como:

- transporte dos gêneros alimentícios;
- armazenamento intermediário;
- distribuição local.

4.2.4. É vedada a subcontratação da totalidade do objeto, permanecendo sob responsabilidade direta da contratada as obrigações essenciais, notadamente:

- o fornecimento dos gêneros alimentícios;
- a garantia da qualidade dos produtos;
- o cumprimento das especificações contratuais.

4.2.5. A contratada deverá solicitar autorização prévia para subcontratação, apresentando:

- identificação da subcontratada;
- descrição das atividades a serem subcontratadas;
- documentação comprobatória de sua capacidade técnica e regularidade, quando aplicável.

4.2.6. A subcontratação não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, que permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto perante a Administração, inclusive quanto à qualidade, prazos e conformidade dos bens fornecidos.

4.2.7. A Administração poderá, a qualquer tempo, avaliar, aprovar, rejeitar ou determinar a substituição da subcontratada, mediante decisão fundamentada, visando resguardar a adequada execução contratual.

4.2.8. A previsão de subcontratação encontra-se devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, estando alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.3. REQUISITOS PARA SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1. A subcontratada deverá comprovar capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica que evidenciem experiência pertinente.

4.3.2. Deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, mediante apresentação da documentação pertinente, admitindo-se cadastro em sistemas oficiais ou documentação equivalente, quando aplicável.

4.3.3. Deverá possuir licenças, autorizações e registros necessários ao exercício das atividades, observando as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Ministério da Agricultura e Pecuária, quando couber.

4.3.4. Deverá dispor de condições adequadas de armazenamento e transporte, garantindo a integridade, qualidade e segurança sanitária dos produtos até a entrega.

4.3.5. Deverá adotar medidas de contingência aptas a mitigar riscos logísticos, assegurando a continuidade do fornecimento.

4.3.6. A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do contrato, respondendo pelos atos da subcontratada perante a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.4. DA APROVAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO

4.4.1. A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração, mediante apresentação, pela contratada, dos seguintes elementos:

- plano de subcontratação detalhado, com indicação das parcelas a serem executadas;
- documentação de habilitação da subcontratada;
- comprovação de capacidade técnica e operacional.

4.4.2. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências ou vistorias para verificar a conformidade da subcontratada com as exigências contratuais.

4.5. DO MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO

4.5.1. A execução contratual, inclusive quanto às parcelas subcontratadas, será acompanhada e fiscalizada por representante designado, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

4.5.2. O descumprimento de obrigações pela subcontratada será imputado à contratada, sujeitando-a às sanções previstas no instrumento contratual

4.6. DAS PENALIDADES

4.6.1. O inadimplemento das obrigações contratuais, inclusive decorrente de falhas na execução por subcontratada, sujeitará a contratada às penalidades previstas na legislação e no contrato, podendo incluir advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e rescisão contratual.

4.7. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.7.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto e conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.8. Margem de Preferência

4.8.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a aplicabilidade de margem de preferência para a presente contratação.

4.8.2. Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de gêneros alimentícios, verifica-se a inexistência de enquadramento em hipóteses legais ou regulamentares que prevejam a aplicação de margem de preferência, seja normal ou adicional.

4.8.3. Ademais, não há decreto vigente que estabeleça margem de preferência aplicável ao objeto desta contratação.

4.8.4. Diante do exposto, conclui-se que **não será aplicada margem de preferência** no presente certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O fornecimento dos gêneros alimentícios ocorrerá de forma **parcelada**, conforme a demanda da Administração, no âmbito do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. O prazo de entrega dos bens será de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da solicitação formal, podendo ocorrer em remessa única ou parcelada, conforme especificado na ordem de fornecimento.

5.1.3. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente as razões do atraso com antecedência mínima de **02 (dois) dias úteis**, para análise quanto à eventual prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

5.1.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Rua José Soriano da Silva, nº 130, Bairro Formoso, Cruzeiro do Sul, CEP: 69980-000, ou em outro local previamente indicado pela Administração, dentro da mesma localidade.

5.2. Condições de Recebimento e Qualidade

5.2.1. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues em conformidade com as especificações técnicas, devidamente acondicionados, com prazos de validade adequados e em perfeitas condições de consumo.

5.2.1.1. Para os gêneros perecíveis, refrigerados ou congelados, a contratada deverá assegurar, durante o transporte, armazenamento e entrega, condições adequadas de conservação e manutenção da cadeia de frio, em conformidade com a legislação sanitária vigente e com as especificações do fabricante, de modo a preservar a qualidade, integridade e segurança dos produtos até o recebimento definitivo pela Administração.

5.2.2. O recebimento dos bens será realizado de forma provisória e definitiva, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

5.2.3. Os bens que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou estiverem em desacordo com as especificações deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da notificação.

5.2.4. Em casos excepcionais que possam comprometer o abastecimento ou a segurança alimentar, a Administração poderá estabelecer prazo inferior, devidamente justificado, ou adotar medidas alternativas para garantir a continuidade do fornecimento.

5.3. Garantia dos Bens

5.3.1. Aplica-se aos bens fornecidos a garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990, no que couber.

5.3.2. Sem prejuízo da garantia legal, a contratada deverá assegurar a qualidade e adequação dos produtos fornecidos, responsabilizando-se pela substituição de itens que apresentem vícios, defeitos ou estejam impróprios para consumo, no prazo a ser definido pela Administração.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens será aquele previsto na Lei nº 8.078/1990, aplicando-se, no que couber, as disposições legais relativas à responsabilidade do fornecedor quanto à qualidade, adequação e segurança dos produtos fornecidos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:
- 6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c. der causa à inexecução total do contrato;
 - d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa

7.2.4.1. Moratória, para a infração descrita na alínea “d” do item 7.1, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10% (dez por cento)**.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 7.1, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato, prevista na alínea “c” do item 7.1, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” do item 7.1, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória, para a infração descrita na alínea “d” do item 7.1, de até **10% (dez por cento)** do valor da contratação, quando o atraso justificar a conversão em inadimplemento parcial.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do item 7.1, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da parcela inadimplida.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *quinze (15)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de cinco (05) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. A substituição deverá ocorrer sem prejuízo ao regular abastecimento da unidade requisitante.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até três (03) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato

administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois (02) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares e compatíveis com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento anterior compatível em características, quantidades e prazos com o objeto licitado.

Para perecíveis:

comprovação de estrutura logística apta ao transporte e conservação de produtos perecíveis, quando aplicável.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão demonstrar:

- fornecimento de gêneros alimentícios ou produtos compatíveis com o objeto;
- cumprimento de prazos de entrega compatíveis com a execução contratual.

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, documentos complementares.

9.30.5. As exigências de qualificação técnica foram estabelecidas em conformidade com a natureza do objeto, limitando-se ao mínimo necessário para assegurar a adequada execução contratual, vedada a imposição de requisitos que restrinjam indevidamente a competitividade.

9.31. Prova de atendimento aos requisitos sanitários previstos na legislação vigente, especialmente aqueles estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado

no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 405.696,84 (quatrocentos e cinco mil, seiscientos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos)**, conforme os custos unitários constantes da tabela de referência.

10.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes hipóteses:

10.1.1.1. em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021;

10.1.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.1.2. Os preços registrados poderão ser reajustados, observada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada na forma estabelecida neste instrumento, mediante aplicação do índice previsto para a contratação.

10.1.3. Não se aplica ao presente objeto o instituto da repactuação, por se tratar de fornecimento de bens, nos termos da legislação vigente.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, observadas as dotações orçamentárias próprias a serem indicadas no momento da contratação.

10.2. A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual a indicação da dotação orçamentária ficará postergada para o momento da formalização de cada contratação decorrente da ata de registro de preços.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, sendo assegurada a ampla publicidade dos dados, inclusive quanto ao custo estimado da contratação, em observância aos princípios da transparência e publicidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021

Manaus, Amazonas, em _____ de abril de 2026.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Não se aplica à presente contratação, tendo em vista que se trata de procedimento realizado por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com possibilidade de contratações futuras e entregas parceladas, não se enquadrando nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o presente Pregão, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Manaus - Amazonas, de de 2026.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE PORTO DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 16:17:34.

FELIPE NUNES VIEIRA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:12:16.

ROBSON GOMES DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 16:14:03.